

**ROSMAR RODRIGUES ALENCAR**

Doutor (PUC-SP) e Mestre em Direito (UFBA).  
Professor Adjunto (UFAL) e Titular (UNIT). Juiz Federal (AL).

## **CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL**

**Em conformidade com a Teoria do Direito**

2021

editora e livraria  
**NOESES**

## ACESSO ÀS VÍDEO-AULAS

A Editora Noeses apresenta uma inovação tecnológica aos seus leitores!

Ao adquirir o livro Curso de Direito Processual Penal, você terá acesso gratuito por 36 meses (para aqueles que adquiriram o livro físico) às vídeo-aulas relacionadas aos Capítulos da obra.

O acesso às aulas será feito por meio de nossa plataforma on-line em um e-book especial.

Siga as instruções abaixo:

1) Anote o código\*: **133\_480**

2) Acesse <<http://ebooks.editoranoeses.com.br/cupom>> e siga as instruções.

\*Código exclusivo limitado a um usuário identificado por seu CPF.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

A355c

Alencar, Rosmar Rodrigues  
Curso de direito processual penal : em conformidade com a teoria do direito / Rosmar Rodrigues Alencar. - 1. ed. - São Paulo : Noeses, 2021.

1056 p. ; 23 cm.  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-992879-6-1

1. Direito processual penal - Brasil. 2. Processo penal - Brasil. I. Título.

21-69171

CDU: 343.2(81)

---

## SUMÁRIO

<b>AGRADECIMENTOS .....</b>	<b>VII</b>
<b>PREFÁCIO .....</b>	<b>XI</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>XV</b>
<b>NOTA DO AUTOR .....</b>	<b>XIX</b>

## I - ESTÁTICA DO PROCESSO PENAL

### Primeira Parte

#### TEORIA DO DIREITO NO PROCESSO PENAL

<b>CAPÍTULO 1 – FONTES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....</b>	<b>3</b>
1.1    Conceito de direito processual penal.....	3
1.2    Conceito de fonte do direito .....	4
1.3    Classificação das fontes do direito .....	4
	<b>XXI</b>

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

1.4	Classificação das fontes materiais segundo a natureza principal ou secundária da produção do direito .....	5
1.5	Classificação das fontes de cognição segundo o grau de generalidade e de abstração da norma jurídica.....	6
1.6	Classificação das fontes de cognição segundo a natureza da cognição .....	7
1.7	Classificação das antinomias .....	8
1.8	Fontes materiais do direito processual penal .	10
1.9	Fontes de cognição do direito processual penal	10
1.10	Fontes de cognição <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i> ..	12
1.11	Hierarquia das fontes do direito processual penal.....	13
1.12	Abertura principiológica.....	16
1.13	Fatores condicionantes das fontes do direito ..	17
1.14	Critérios para a identificação das fontes do direito.....	17
1.15	Inconstitucionalidade e ilicitude como fontes do direito .....	20
1.16	Produção normativa e controle .....	21
1.17	Subsunção normativa.....	22
1.18	Premissa maior .....	23
1.19	Premissa menor .....	25
1.20	Conclusão silogística.....	25
1.21	Função da linguagem formal .....	27
1.22	Linguagem como instrumento do sistema.....	28
1.23	Fontes constitucionais do processo penal.....	32
1.24	Fonte constitucional da audiência de custódia	32

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

1.25	Fonte-princípio .....	34
1.26	Fonte por tipificação direta ou indireta do ilícito processual .....	35
1.27	Fontes de quadro (abismos e precedentes).....	36
1.28	Fontes híbridas. Emprego de algemas .....	39
1.29	Fontes jurisprudenciais reconhecidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.....	40
1.30	Aplicação a caso concreto.....	41
1.31	Conclusão e próximo capítulo.....	42
<b>CAPÍTULO 2 – ORDENAMENTO E SISTEMA .....</b>		<b>43</b>
2.1	Ordenamento e sistema no processo penal.....	43
2.2	Diferença entre ordenamento e sistema .....	47
2.3	Função do sistema .....	48
2.4	Diacronia do ordenamento jurídico .....	50
2.5	Sincronia do sistema jurídico .....	54
2.6	Microsistemas no sistema de processo penal	57
2.7	Consistência estrutural do sistema.....	58
2.8	Abstrativização da jurisprudência no sistema	60
2.9	<i>Autopoiesis</i> normativa.....	62
2.10	Hierarquia dos enunciados normativos .....	63
2.11	Sistema e acoplamento estrutural .....	66
2.12	Acoplamento do prejuízo pela jurisprudência.	69
2.13	Acoplamento do <i>ne bis in idem</i> .....	71
2.14	Estrutura acusatória do sistema.....	73
2.15	Aplicação a caso concreto.....	75
2.16	Conclusão e próximo capítulo .....	76

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

<b>CAPÍTULO 3 – CONCEITO E DEFINIÇÃO NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>77</b>
3.1 Conceito e estática jurídica .....	77
3.2 Conceito e definição .....	77
3.3 Regras para definição e classificação.....	81
3.4 Acepções de nulidade na legislação.....	82
3.5 Método do signo como padrão ou esquema.....	83
3.6 Acepções de nulidade na doutrina.....	84
3.7 Nulidade como sanção jurídica.....	85
3.8 Nulidade como defeito do ato processual.....	87
3.9 Nulidade como ato jurídico inválido.....	94
3.10 Nulidade como sanção e como defeito.....	95
3.11 Nulidade como normas em situação pragmática- possibilista.....	96
3.12 Nulidade como providência saneadora.....	98
3.13 Nulidade como tipo processual e constitucional	98
3.14 Aplicação a caso concreto.....	99
3.15 Conclusão e próximo capítulo.....	100
<b>CAPÍTULO 4 – NULIDADE CONFORME AS CIÊN- CIAS DA LINGUAGEM.....</b>	<b>103</b>
4.1 Linguagem e método.....	103
4.2 Abordagens de definição de nulidade .....	107
4.3 Concepção semântica .....	108
4.4 Concepção sintática.....	108
4.5 Concepção pragmática.....	109
4.6 Nulidade na teoria geral do direito.....	112

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

4.7	Justificação do ato processual no plano jurídico	112
4.8	Nulidade como categoria normativa .....	115
4.9	A vontade como elemento relevante da categoria normativa .....	117
4.10	Incidência (d)eficiente da norma jurídica .....	118
4.11	Estrutura da norma jurídica processual.....	121
4.12	Percurso descritivo da norma jurídica .....	123
4.13	Da prescrição legal à estrutura normativa .....	123
4.14	Relação entre atipicidade e invalidade .....	127
4.15	Aplicação a caso concreto .....	129
4.16	Conclusão e próximo capítulo .....	130
<b>CAPÍTULO 5 – FORMALISMO NO PROCESSO PENAL</b>		<b>131</b>
5.1	Teoria convencionalista no processo penal .....	131
5.2	Linguagem no processo penal .....	132
5.3	Relação de fato normada no sistema .....	135
5.4	Nulidade e invalidade.....	138
5.5	Vigência .....	139
5.6	Validade .....	141
5.7	Distinção entre validade e vigência no CPP ....	142
5.8	Sentido forte ou fraco de validade .....	143
5.9	Validade e realismo jurídico.....	144
5.10	Eficácia .....	146
5.11	Interpretação do observador ou do participante do sistema.....	147
5.12	Formalismo e garantia .....	148
5.13	Aplicação a caso concreto.....	151

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

5.14 Conclusão e próximo capítulo.....	152
--	-----

## Segunda Parte

### LÓGICA DE CLASSES NO PROCESSO PENAL

<b>CAPÍTULO 6 – INTRODUÇÃO ÀS CLASSIFICAÇÕES NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>155</b>
---	------------

6.1 Classificação e noção.....	155
6.2 Percurso da classificação no sistema acusatório	156
6.3 Controle da dissonância cognitiva .....	158
6.4 Racionalidade dogmática e diálogo crítico .....	161
6.5 Estrutura da relação normativa .....	162
6.6 Esboço das relações normativas da nulidade..	164
6.7 Teoria das relações .....	165
6.8 Teoria dos predicativos poliádicos .....	167
6.9 Percurso do sistema abstrato ao sistema concreto	169
6.10 Bases para uma classificação das nulidades processuais penais.....	170
6.11 Aplicação a caso concreto.....	172
6.12 Conclusão e próximo capítulo.....	174

<b>CAPÍTULO 7 – CLASSIFICAÇÕES DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS NA DOUTRINA BRASILEIRA</b>	<b>175</b>
--	------------

7.1 Classificações doutrinárias .....	175
---------------------------------------	-----



## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

7.2	Classificação com ênfase na noção de ato processual imperfeito.....	176
7.3	Classificação com ênfase no modo de elaboração do ato viciado.....	178
7.4	Classificação com ênfase na necessidade e na eficácia de provocação do interessado.....	180
7.5	Classificação com ênfase na garantia das formas	181
7.6	Classificação com ênfase na sanção jurídica...	183
7.7	Classificação com ênfase na qualidade do defeito processual .....	187
7.8	Classificação com ênfase na natureza da norma e de sua violação.....	189
7.9	Classificação com ênfase na produção de efeitos do ato viciado .....	190
7.10	Aplicação a caso concreto.....	191
7.11	Conclusão e próximo capítulo .....	193
 <b>CAPÍTULO 8 – CLASSIFICAÇÕES DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS NA DOUTRINA ITALIANA</b>		<b>195</b>
8.1	Invalidez como gênero e inaptidão de produção de efeitos.....	195
8.2	Inexistência jurídica e nulidade .....	197
8.3	Inutilização.....	197
8.4	Inadmissibilidade.....	201
8.5	Imperfeição .....	202
8.6	Aplicação a caso concreto.....	203
8.7	Conclusão e próximo capítulo .....	205

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

**CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÕES DAS NULIDADES  
PROCESSUAIS PENAIS NA DOUTRINA ARGENTINA 207**

9.1	Considerações iniciais.....	207
9.2	Padrão legal e sanção.....	208
9.3	Nulidade ou ineficácia.....	208
9.4	Classes de nulidade .....	210
9.5	Inadmissibilidade.....	211
9.6	Irregularidade .....	211
9.7	Inexistência.....	212
9.8	Aplicação a caso concreto.....	212
9.9	Conclusão e próximo capítulo.....	213

**CAPÍTULO 10 – CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES  
PROCESSUAIS PENAIS NO ORDENAMENTO JURÍ-  
DICO BRASILEIRO..... 215**

10.1	Nulidade no direito positivo .....	215
10.2	Nulidade na Constituição de 1988.....	216
10.3	Nulidade no Código de Processo Penal .....	217
10.4	Sentido do termo “nulos” no art. 101, do CPP	218
10.5	Sentido do termo “nulo” no art. 563, do CPP..	218
10.6	Sentido do termo “nulidade” no art. 564, <i>caput</i> , do CPP .....	219
10.7	Sentido do termo “nulidade” no art. 565 do CPP	219
10.8	Sentido do termo “nulidade” no art. 566, do CPP	219
10.9	Sentido dos termos “anula” e “nulidade” no art. 567 do CPP .....	220
10.10	Sentido dos termos “anula” e “nulidade” no art. 568, do CPP.....	221

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

10.11 Ausência de menção ao termo “nulidade” no art. 569 do CPP.....	221
10.12 Sentido do termo “nulidade” nos arts. 570 a 573, <i>caput</i> , do CPP .....	221
10.13 Sentido do termo “nulidade” nos parágrafos do art. 573 do CPP.....	222
10.14 Nulidades no Projeto de Código de Processo Penal – PL nº 156/2009.....	222
10.15 Estrutura dúplice da nulidade no PL nº 156/2009 .....	223
10.16 Nulidades relativas e absolutas no PL nº 156/2009 .....	223
10.17 Impeditiva de reconhecimento de nulidade no PL nº 156/2009.....	224
10.18 Impeditiva de arguição de nulidade no PL nº 156/2009 .....	225
10.19 Substituição do ato viciado no PL nº 156/2009	225
10.20 Sentido do termo “anulados” no PL nº 156/2009	225
10.21 Condicionantes da nulidade no PL nº 156/2009	226
10.22 Princípio da consequencialidade no PL nº 156/2009 .....	226
10.23 Aplicação a caso concreto.....	227
10.24 Conclusão e próximo capítulo.....	227
 <b>CAPÍTULO 11 – CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS NA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ .....</b>	 <b>229</b>
11.1 Transcendência da jurisprudência e persuasão natural .....	229
11.2 Sentido de validade na jurisprudência do STF	231

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

11.3	Sentido de invalidação na jurisprudência do STF.....	232
11.5	Preclusão e convalidação na jurisprudência do STF.....	235
11.6	Controle dos atos processuais na jurisprudência do STJ.....	236
11.7	Aplicação a caso concreto.....	238
11.8	Conclusão e próximo capítulo.....	239

### Terceira Parte

## PARÂMETROS DO CONTROLE DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS

<b>CAPÍTULO 12 – ELEMENTOS PARA UMA CLASSIFICAÇÃO DAS NULIDADES NO PROCESSO PENAL ....</b>	<b>243</b>	
12.1	Critério unitário e convenção linguística.....	243
12.2	Teoria do ato jurídico processual.....	247
12.4	Classificação unitária da nulidade no processo penal.....	250
12.5	Inexistência e facticidade jurídica.....	251
12.6	Elemento estrutural do ato processual penal .	252
12.7	Suporte de fato suficiente.....	257
12.8	Nulidade implícita e tipificação indireta.....	259
12.9	Aspecto factual da nulidade (nulidade-fato)....	260
12.10	Elemento essencial do ato processual penal. Nulidade absoluta .....	261

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

12.11 Elemento essencial ou acidental do ato processual penal. Nulidade relativa .....	265
12.12 Elemento acidental do ato processual penal. Irregularidade .....	267
12.13 Noção de prejuízo em tese para distinguir nulidade relativa e irregularidade .....	272
12.14 Anulabilidade .....	273
12.15 Documentação da incidência da norma jurídica	274
12.16 Sentido e alcance da nulidade na investigação preliminar .....	277
12.17 Nulidade por quebra da cadeia de custódia da prova penal .....	279
12.18 Ato processual típico e ato processual atípico.	281
12.19 Dualidade normativa.....	283
12.20 Relações normativas da nulidade.....	284
12.21 Aspecto efetual da nulidade (nulidade-consequência).....	284
12.22 Provocação e controle judicial <i>ex officio</i> .....	288
12.23 Nulidades que dependem de provocação do interessado .....	289
12.24 Nulidades reconhecíveis <i>ex officio</i> pelo juiz ...	290
12.25 Cominação de nulidade.....	295
12.26 Sistemas de nulidades processuais penais .....	296
12.27 Aplicação a caso concreto.....	298
12.28 Conclusão e próximo capítulo.....	300
<b>CAPÍTULO 13 – REGRAS DE CALIBRAÇÃO NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>301</b>
13.1 Conceito de regra de calibração .....	301

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

13.2	Relato e cometimento da comunicação normativa	302
13.3	Aspecto-relato da norma jurídica .....	303
13.4	Aspecto-cometimento da norma jurídica .....	304
13.5	Relações intranormativas e internormativas ..	305
13.6	Controle de imunização normativa .....	305
13.7	Análise da regra de calibração .....	307
13.8	Regra de calibração no processo penal .....	310
13.9	Características da regra de calibração .....	312
13.10	Regras de calibração de natureza legal .....	313
13.11	Regras de calibração de natureza jurisprudencial	314
13.12	Controle de constitucionalidade da regra de calibração .....	314
13.13	Aplicação a caso concreto .....	319
13.14	Conclusão e próximo capítulo .....	321

**CAPÍTULO 14 – PRINCÍPIOS INFORMADORES DAS  
NULIDADES PROCESSUAIS PENAIS .....** 323

14.1	Sentido e alcance do conceito de princípio .....	323
14.2	Objeto dos princípios informadores da nulidade	325
14.3	Princípios constituídos a partir de base empírica direta .....	325
14.4	Princípio da dignidade humana .....	326
14.5	Princípio de estado de inocência .....	326
14.6	Princípio do devido processo legal .....	327
14.7	Princípio da instrumentalidade das formas ....	330
14.8	Princípio do prejuízo ( <i>pas de nullité sans grief</i> )	332
14.9	Princípio do interesse .....	334

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

14.10	Princípio da oportunidade .....	334
14.11	Princípio da anuência.....	335
14.12	Princípio da convalidação.....	335
14.13	Princípio da verdade substancial .....	337
14.14	Princípio do confinamento ou da conservação dos atos processuais .....	338
14.15	Princípio da causalidade, extensivo, da causa- lidade, da consequencialidade ou da concate- nação .....	339
14.16	Princípio da restrição processual à decretação da ineficácia .....	339
14.17	Princípios constituídos a partir de base empírica indireta .....	339
14.18	Princípio do dever de mitigar o prejuízo ( <i>the duty to mitigate the loss</i> ) .....	340
14.19	Princípio da eficácia do ato viciado.....	341
14.20	Princípio da economia processual .....	342
14.21	Aplicação a caso concreto .....	343
14.22	Conclusão e próximo capítulo .....	344
<b>CAPÍTULO 15 – TEORIA DA NULIDADE NO PROCES- SO PENAL .....</b>		<b>345</b>
15.1	Teoria de normas individuais e concretas .....	345
15.2	Norma jurídica primária .....	347
15.3	Inexistência jurídica .....	347
15.4	Nulidade absoluta .....	349
15.5	Nulidade relativa.....	349
15.6	Irregularidade .....	351

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

15.7 Norma jurídica secundária .....	352
15.8 Efeitos gerais.....	353
15.9 Invalidação.....	354
15.10 Convalidação.....	354
15.11 Saneamento.....	356
15.12 Efeitos específicos.....	356
15.13 Modulação.....	357
15.14 Inadmissibilidade.....	357
15.15 Desentranhamento .....	360
15.16 Inutilização.....	360
15.17 Estrutura da nulidade no processo penal.....	362
15.18 Descrição dos componentes da estrutura nulificadora .....	363
15.19 Síntese da teoria da nulidade no processo penal	367
15.20 Aplicação a caso concreto.....	369
15.21 Conclusão e próximo capítulo.....	371
<b>CAPÍTULO 16 – PLANO SEMÂNTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS .....</b>	
16.1 Sentido e valor jurídico.....	373
16.2 Significante, sentido e significado .....	376
16.3 Índice, ícone e símbolo.....	376
16.4 Direitos fundamentais de primeira geração....	379
16.5 Proteção de direitos fundamentais pelo conteúdo normativo.....	380
16.6 Objeções a uma classificação unitária das nulidades .....	382



ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

16.7	Interpretação congruente com a finalidade protetiva do direito processual penal.....	385
16.8	Parâmetro textual de controle.....	387
16.9	Linguagem formal e hermenêutica no processo penal.....	389
16.10	Aplicação a caso concreto.....	391
16.11	Conclusão e próximo capítulo.....	393

## II - DINÂMICA DO PROCESSO PENAL

### Quarta Parte

## PRODUÇÃO NORMATIVA NO PROCESSO PENAL

<b>CAPÍTULO 17 – PLANO SINTÁTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS .....</b>	<b>397</b>	
17.1	Competência e relação normativa.....	397
17.2	Estrutura e modais lógicos.....	398
17.3	Estrutura, competência penal e nulidade.....	402
17.4	Critério pessoal. Regra de competência.....	404
17.5	Critério espacial. Limites da jurisdição .....	406
17.6	Aspecto espaço-temporal da nulidade. Persecução penal estatal .....	406
17.7	Critério espacial em processo penal distinto. Revisão criminal e rescindibilidade .....	408

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

17.8 Critério temporal. Intervalo de aplicação .....	409
17.9 Critério material. Dever-ser neutro. Dever-ser modalizado.....	411
17.10 Aspecto possibilista-pragmático. Estrutura nulificadora .....	413
17.11 Fundamentação judicial .....	418
17.12 Relação e modulação.....	421
17.13 Estrutura normativa do controle da prova .....	422
17.14 Aplicação a caso concreto .....	425
17.15 Conclusão e próximo capítulo.....	427
<b>CAPÍTULO 18 – PLANO PRAGMÁTICO DAS NORMAS PROCESSUAIS PENAIS .....</b>	
18.1 Pragmatismo no processo penal.....	429
18.2 Alcance e limite do aspecto pragmático .....	431
18.3 Refração jurisprudencial ao controle do aspecto pragmático .....	432
18.4 Formalismo no controle do aspecto pragmático	434
18.5 Função da nulidade (aspecto pragmático-possibilista).....	436
18.6 Invalidação (aspecto restaurativo e constitutivo negativo).....	437
18.7 Saneamento (aspecto constitutivo positivo) .....	438
18.8 Terminologia (convalidação, renovação, substituição, suprimento, ratificação, retificação, preclusão e revisibilidade) .....	438
18.9 Convalidação (aspecto conservativo) .....	442
18.10 Aspecto finalístico do processo penal .....	443
18.11 Garantia ao tempo razoável do processo .....	446

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

18.12 Celeridade e dispensa do laudo toxicológico definitivo.....	447
18.13 Procedimento legal-constitucional .....	449
18.14 Verdade pelo procedimento .....	451
18.15 A forma e os fins enquanto limites do aspecto pragmático-possibilista .....	452
18.16 Pragmática das nulidades processuais penais	455
18.17 Aplicação a caso concreto.....	457
18.18 Conclusão e próximo capítulo.....	458
<b>CAPÍTULO 19 – TEORIA DA NORMA JURÍDICA NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>459</b>
19.1 Estrutura-sede da produção normativa .....	459
19.2 Nomogênese.....	462
19.3 Nomogênese no sistema de persecução penal	462
19.4 Nomogênese do sistema de nulidade .....	463
19.5 Tempo e dinâmica do processo penal .....	464
19.6 Controle da condenação e da absolvição imprópria com trânsito em julgado .....	465
19.7 Autorregulação do sistema processual penal..	465
19.8 <i>Autopoiesis</i> do sistema pela jurisprudência ....	466
19.9 Limites à calibragem judicial.....	467
19.10 Produção probatória e verdade mais do que formal.....	467
19.11 Normas gerais e abstratas .....	469
19.12 Relação entre normas .....	471
19.13 Do enunciado protocolar ao percurso normativo	472
19.14 Normas gerais e concretas .....	472

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

19.13 Normas individuais e abstratas.....	474
19.14 Normas individuais e concretas .....	474
19.15 Aplicação a caso concreto.....	476
19.16 Conclusão e próximo capítulo.....	477
<b>CAPÍTULO 20 – PRODUÇÃO NORMATIVA E CONTRO-</b>	
<b>LE DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS .....</b>	
20.1 Plano concreto de controle dos atos processuais penais.....	479
20.2 Baixo controle de nulidade no processo penal	480
20.3 Percurso do controle da produção normativa.	481
20.4 Conotação e denotação na produção normativa	481
20.5 Modificação do mundo jurídico pela (des) afetação da forma dos atos processuais .....	483
20.6 Controle da (in) validade pelo participante do sistema .....	483
20.7 Realismo jurídico em confronto com as bases do sistema.....	485
20.8 Tutela da liberdade como limite à postura realista .....	487
20.9 Persuasão natural realista.....	488
20.10 Fontes de cognição do realismo jurídico.....	488
20.11 Fundamentação teórica do realismo jurídico .	490
20.12 Limites do direito legislado.....	495
20.13 Confronto da legislação com a interpretação dada pelos tribunais .....	495
20.14 Pragmática comunicativa e racionalidade do discurso jurídico.....	496
20.15 Aplicação a caso concreto.....	499

ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

20.16 Conclusão e próximo capítulo.....	501
---	-----

## Quinta Parte

# PRAGMÁTICA DO CONTROLE DOS ATOS PROCESSUAIS PENAIS

<b>CAPÍTULO 21 – PRAGMÁTICA DAS NULIDADES NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....</b>	<b>505</b>
21.1 Substrato do direito.....	505
21.2 Pragmática do art. 563 do CPP. Princípio do prejuízo.....	508
21.3 Pragmática do art. 564 do CPP. Rol exempli- ficativo. Constrangimentos dogmáticos. Cons- trangimentos epistêmicos .....	510
21.4 Pragmática do art. 565 do CPP. Boa-fé objetiva. Autodefesa. Defesa técnica. Vedação à autoin- criminação .....	513
21.5 Pragmática do art. 566 do CPP. Verdade real (verdade substancial). Verdade formal. Verdade mais do que formal. Impeditivas de nulidade. Teoria da dissonância cognitiva. Ônus da prova. Postulado da dúvida .....	518
21.6 Pragmática do art. 567 do CPP. Princípio da <i>Kompetenz-Kompetenz</i> . Repertório do sistema. Estrutura do sistema .....	526
21.7 Pragmática do art. 568 do CPP. Calibração da capacidade postulatória .....	531

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

21.8	Pragmática do art. 569 do CPP. Representação como condição de procedibilidade da ação penal pública condicionada.....	533
21.9	Pragmática do art. 570 do CPP. Substituição da citação pelo comparecimento do imputado ....	535
21.10	Pragmática do art. 571 do CPP. Aspecto temporal da arguição de nulidade.....	535
21.11	Pragmática do art. 572 do CPP. Interpretação conforme a Constituição dos critérios de oportunidade, finalidade e anuência .....	536
21.12	Pragmática do art. 573 do CPP. Extensão dos efeitos da nulidade .....	538
21.13	Aplicação a caso concreto .....	539
21.14	Conclusão e próximo capítulo.....	541

**CAPÍTULO 22 – PRAGMÁTICA DAS NULIDADES  
NA JURISPRUDÊNCIA..... 543**

22.1	Complexidade da ordem jurídica e regra por referência.....	543
22.2	Produção normativa autopoietica e circular ...	545
22.3	Estrutura autorreferente e limites à autorregulação .....	546
22.4	Analogia <i>legis</i> e analogia <i>juris</i> .....	547
22.5	Abstrativização da jurisprudência .....	548
22.6	Ontologia e garantismo .....	549
22.7	Súmulas que fixam o sentido e o alcance da nulidade por violação à ordem de quesitação e por falta de quesito obrigatório.....	550

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

22.8	<i>Standards</i> sumulares com previsão de nulidade por falta de comunicação de expedição de carta precatória .....	551
22.9	<i>Standard</i> sumular que prevê nulidade por ausência de dispositivo legal no edital de citação .....	552
22.10	<i>Standard</i> sumular que prevê nulidade por citação por edital de réu preso na mesma unidade federativa do juiz processante .....	552
22.11	<i>Standard</i> sumular que estipula nulidade por participação de jurado impedido no julgamento do júri.....	552
22.12	<i>Standard</i> sumular que preconiza nulidade por falta de intimação da pauta do julgamento de tribunal .....	553
22.13	<i>Standard</i> sumular que estatui nulidade por falta de intimação para oferecer contrarrazões de recurso contra rejeição da inicial .....	553
22.14	<i>Standard</i> sumular que estatui nulidade por falta de intimação para constituir novo defensor ....	554
22.15	<i>Standard</i> sumular que averba nulidade por falta de intimação do desaforamento.....	554
22.16	Súmulas que instituem regras de calibração ..	555
22.17	Regra de calibragem sumular sobre exame de corpo de delito .....	555
22.18	Regra de calibragem sumular sobre a nomeação de curador ao inimputável.....	557
22.19	Regra de calibragem sumular sobre a garantia de defesa e concessão de prazos.....	558
22.20	Regra de calibragem sumular sobre a motivação das decisões e fundamentação do recebimento da denúncia.....	558
22.21	Regra de calibragem sumular sobre a prevenção	559

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

22.22 Aplicação a caso concreto.....	560
22.23 Conclusão e próximo capítulo.....	562

**CAPÍTULO 23 – RELAÇÃO ENTRE PRINCÍPIOS E REGRAS..... 563**

23.1 Adscrição normativa.....	563
23.2 Espaços de quadro.....	564
23.3 Preenchimento dos espaços do sistema .....	565
23.4 Núcleo constitucional do sistema acusatório...	567
23.5 Da verdade a todo custo à desistência da verdade	568
23.6 Proteção dos direitos humanos pela estrutura de garantias.....	570
23.7 Controle da verdade pelo procedimento .....	572
23.8 <i>Deficit</i> de eficácia de garantias fundamentais pela discricionariedade judicial.....	573
23.9 Limites à interpretação no sistema de garantias	576
23.10 Aplicação a caso concreto.....	578
23.11 Conclusão e próximo capítulo.....	578

## Sexta Parte

# INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

**CAPÍTULO 24 – INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR ..... 583**

24.1 Conceito de investigação preliminar .....	583
--	-----



## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

24.2	Investigações não estatais e controles digitais	584
24.3	Polícia, investigação defensiva e policiamento preditivo.....	585
24.4	Características do inquérito policial.....	586
24.5	Atribuição para condução do inquérito policial	591
24.6	Investidura e controle da atribuição investigativa .....	591
24.7	Nulidade no inquérito policial .....	593
24.8	Inafastabilidade da jurisdição no controle das investigações .....	594
24.9	Arquivamento por ilicitude do inquérito policial (trancamento).....	594
24.10	Baixo controle da investigação preliminar.....	596
24.11	Extensão da inexistência jurídica do inquérito policial.....	597
24.12	Intervenção do Membro do Ministério Público sem atribuição legal no inquérito policial (princípio do promotor legal) .....	599
24.13	Instrumentalidade do direito material na investigação preliminar .....	601
24.14	Regra de atribuição para a lavratura de auto de prisão em flagrante ou emissão de portaria (peças inaugurais do inquérito policial).....	602
24.15	Indiciamento.....	603
24.16	Notícia do fato inqualificada (delação anônima)	605
24.17	Reprodução simulada dos fatos.....	606
24.18	Direito à intimidade e à imagem do imputado	607
24.19	Direito à inviolabilidade domiciliar .....	608
24.20	Direito ao sigilo.....	609

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

24.21 Espaço de cognição das garantias fundamentais	611
24.22 Direito à informação e publicidade.....	612
24.23 Direito de acesso aos autos da investigação pelo advogado.....	613
24.24 Arquivamento da investigação preliminar .....	614
24.25 Justa causa como parâmetro de controle da investigação preliminar .....	615
24.26 Coisa julgada da decisão de arquivamento do inquérito policial.....	617
24.27 Desarquivamento do inquérito policial.....	620
24.28 Investigação de ato infracional.....	621
24.29 Extensibilidade jurisdicional da investigação e formalismo .....	624
24.30 Extensão da nulidade da investigação ao processo penal.....	625
24.31 Identificação criminal, genética e multibiométrica do investigado.....	625
24.32 Aplicação a caso concreto.....	628
24.33 Conclusão e próximo capítulo.....	629
<b>CAPÍTULO 25 – AÇÃO PENAL .....</b>	<b>631</b>
25.1 Conceito de ação.....	631
25.2 Terminologia.....	631
25.3 Classificação da ação penal condenatória .....	632
25.4 Pressupostos processuais.....	635
25.5 Capacidade postulatória .....	636
25.6 Condições para o exercício da ação penal .....	638

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

25.7	Originalidade como condição para o exercício da ação penal.....	640
25.8	Justa causa para o exercício da ação penal .....	641
25.9	Condições de procedibilidade à ação penal.....	644
25.10	Condições de prossequibilidade e causas objetivas de punibilidade .....	644
25.11	Petição inicial acusatória.....	644
25.12	Aditamento à petição inicial.....	647
25.13	Aplicação a caso concreto.....	651
25.14	Conclusão e próximo capítulo.....	651
<b>CAPÍTULO 26 – AÇÃO CIVIL EX DELICTO .....</b>		<b>653</b>
26.1	Conceito.....	653
26.2	Interdependência entre a coisa julgada cível e a coisa julgada penal .....	655
26.3	Espécies de ação civil <i>ex delicto</i> .....	656
26.4	Efeitos civis da sentença penal .....	657
26.5	Aplicação a caso concreto.....	657
26.6	Conclusão e próximo capítulo.....	658
<b>CAPÍTULO 27 – JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA ....</b>		<b>659</b>
27.1	Conceito.....	659
27.2	Espécies de jurisdição (ordinária e extraordinária).....	660
27.3	Princípios da jurisdição .....	660
27.4	Eixos para a organização da competência.....	662
27.5	Critérios estruturais da competência penal ....	665

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

27.6	Conexão e continência.....	666
27.7	Prevenção.....	668
27.8	Aplicação a caso concreto.....	669
27.9	Conclusão e próximo capítulo.....	670
<b>CAPÍTULO 28 – COMUNICAÇÕES PROCESSUAIS.</b>		<b>671</b>
28.1	Conceito.....	671
28.2	Citação.....	672
28.3	Citação na investigação preliminar.....	673
28.4	Citação por mandado.....	674
28.5	Citação por ofício.....	676
28.6	Citação por edital.....	676
28.7	Citação por edital do réu preso.....	676
28.8	Suspensão do processo do citado por edital....	677
28.9	Revelia no processo penal.....	678
28.10	Intimação.....	679
28.11	Notificação.....	680
28.12	Substituição da citação pelo comparecimento do imputado.....	681
28.13	Intimação do réu para a sessão do Júri.....	681
28.14	Intimação das testemunhas para a sessão do júri.....	684
28.15	Intimação da sentença e coisa julgada.....	684
28.16	Cartas (precatória, rogatória e de ordem).....	686
28.17	<i>The duty to mitigate the loss</i> no processo penal	689
28.18	Aplicação a caso concreto.....	691
28.19	Conclusão e próximo capítulo.....	693

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

<b>CAPÍTULO 29 – SUJEITOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>695</b>
29.1 Conceito.....	695
29.2 Defensor .....	696
29.3 Impedimento do advogado.....	698
29.4 Ministério Público .....	698
29.5 Intimação do Ministério Público.....	700
29.6 Intervenção do Ministério Público.....	701
29.7 Juiz.....	705
29.8 Aplicação a caso concreto.....	708
29.9 Conclusão e próximo capítulo.....	709
<b>CAPÍTULO 30 – DEFESA DO IMPUTADO.....</b>	<b>711</b>
30.1 Conceito .....	711
30.2 Conteúdo semântico do direito de defesa .....	712
30.3 Conteúdo sintático do direito de defesa .....	714
30.4 Conteúdo pragmático do direito de defesa .....	716
30.5 Aplicação a caso concreto.....	719
30.6 Conclusão e próximo capítulo.....	720
<b>CAPÍTULO 31 – PRISÃO PROVISÓRIA .....</b>	<b>723</b>
31.1 Prisões .....	723
31.2 Prisão provisória não cautelar.....	724
31.3 Audiência de custódia .....	728
31.4 Controle da audiência de custódia .....	729
31.5 Prisão em flagrante .....	732
31.6 Nota de culpa na prisão em flagrante .....	733

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

31.7 Prisão preventiva .....	736
31.8 Mandado de prisão preventiva .....	739
31.9 Prisão temporária .....	740
31.10 Execução da prisão temporária .....	742
31.11 Nota de culpa na prisão temporária .....	743
31.12 Uso de algemas .....	743
31.13 Prisão do advogado.....	747
31.14 Vedação da prisão cautelar como antecipação de pena .....	748
31.15 Aplicação a caso concreto.....	749
31.16 Conclusão e próximo capítulo .....	750
<b>CAPÍTULO 32 – MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS À PRISÃO.....</b>	
32.1 Conceito .....	753
32.2 Pressupostos .....	754
32.3 Principiologia.....	755
32.4 Fiança e liberdade provisória .....	756
32.5 Aplicação a caso concreto.....	757
32.6 Conclusão e próximo capítulo .....	758
<b>CAPÍTULO 33 – PROVA PENAL .....</b>	
33.1 Metodologia da prova .....	759
33.2 Conceito de prova .....	759
33.3 Sujeito da prova.....	760
33.4 Objeto da prova .....	761
33.5 Destinatários da prova .....	762

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

33.6	Iniciativa da prova .....	762
33.7	Procedimento probatório (etapas).....	763
33.8	Finalidade da prova.....	765
33.9	Conformidade probatória .....	766
33.10	Elementos de informação e provas .....	767
33.11	Nulidade do ato aquisitivo .....	769
33.12	Prova ilícita, ilegítima e irregular .....	770
33.13	Acepções da prova .....	771
33.14	Silogismo e método dedutivo, indutivo e intuitivo	772
33.14	Método abduutivo.....	772
33.15	Tomada de declarações sob tortura.....	773
33.16	Controle da prova.....	775
33.17	Direito ao silêncio.....	780
33.18	Vedação à autoincriminação ( <i>nemo tenetur se detegere</i> ).....	780
33.19	Exame de corpo de delito .....	781
33.20	Obrigatoriedade do exame de corpo de delito	782
33.21	Controle do exame de corpo de delito .....	783
33.22	Exame de corpo de delito indireto e suprimento pela prova testemunhal.....	785
33.23	Peritos .....	786
33.23	Perícia realizada por um só perito não oficial	787
33.24	Isolamento da prova pericial submetida à cogni- ção dos jurados .....	788
33.26	Contraditório pericial.....	789
33.27	Perícia no trânsito.....	790
33.28	Exame toxicológico.....	791

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

33.29 Exame de potencialidade ofensiva de arma de fogo (exame balístico) .....	793
33.30 Interrogatório .....	794
33.31 Condução coercitiva .....	796
33.32 Condução coercitiva para o reconhecimento do imputado.....	797
33.33 Aplicação a caso concreto.....	797
33.34 Conclusão e próximo capítulo.....	798
<b>CAPÍTULO 34 – PROCEDIMENTOS .....</b>	<b>799</b>
34.1 Conceito .....	799
34.2 Procedimento comum.....	802
34.3 Procedimento especial.....	803
34.4 Procedimento do júri .....	804
34.5 Desaforamento e reaforamento .....	806
34.6 Composição do júri.....	807
34.7 Investidura dos jurados.....	807
34.8 Testemunhas arroladas para a sessão do júri.	808
34.9 <i>Quorum</i> de quinze jurados .....	809
34.10 Incomunicabilidade dos jurados.....	810
34.11 Sorteio e recusas de jurados .....	811
34.12 Quesitação do júri .....	811
34.13 Acusação e defesa no júri .....	812
34.14 <i>Quorum</i> para julgamento nos tribunais .....	813
34.15 Prazos concedidos às partes .....	814
34.16 Prazos para a prática de atos judiciais.....	815
34.17 Aplicação a caso concreto.....	816



## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

34.18 Conclusão e próximo capítulo.....	817
<b>CAPÍTULO 35 – QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES.....</b>	<b>819</b>
35.1 Questão e ponto controvertido.....	819
35.2 Questão prejudicial.....	819
35.3 Processo incidente.....	820
35.4 Prejudicialidade obrigatória e prejudicialidade facultativa.....	821
35.5 Aplicação a caso concreto.....	822
35.6 Conclusão e próximo capítulo.....	825
<b>CAPÍTULO 36 – PRAZOS.....</b>	<b>827</b>
36.1 Conceito.....	827
36.2 Continuidade dos prazos.....	827
36.3 Forma de contagem dos prazos.....	828
36.4 Documentação e prorrogação dos prazos.....	828
36.5 Suspensão do curso dos prazos.....	828
36.6 Termo inicial.....	828
36.7 Prazos para o exercício da acusação e da defesa.....	829
36.8 Aplicação a caso concreto.....	831
36.9 Conclusão e próximo capítulo.....	831
<b>CAPÍTULO 37 – CONSENSO NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>833</b>
37.1 Expansão dos espaços consensuais.....	833
37.2 Confissão, delação e colaboração premiada.....	835
37.3 Controle da colaboração premiada.....	837

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO

37.4	Acordo de não persecução penal.....	839
37.5	Aplicação a caso concreto.....	841
37.6	Conclusão e próximo capítulo.....	842
<b>CAPÍTULO 38 – DECISÃO JUDICIAL .....</b>		<b>843</b>
38.1	Conceito e classificação.....	843
38.2	Fundamentação das decisões judiciais no contexto das garantias fundamentais.....	846
38.3	Ausência ou deficiência de fundamentação das decisões judiciais.....	850
38.4	Inexistência jurídica de sentença penal e limites decorrentes do princípio da correlação ( <i>mutatio libelli e emendatio libelli</i> ).....	850
38.5	Pressuposto subjetivo passivo à sentença penal	852
38.6	Erro sobre pressuposto subjetivo passivo à sentença .....	854
38.7	Publicidade dos julgamentos .....	855
38.8	Sentença penal condenatória.....	857
38.9	Decisão de pronúncia .....	861
38.10	Coisa julgada .....	864
38.11	Duplicidade de sentenças e coisa julgada .....	866
38.12	Aplicação a caso concreto.....	868
38.13	Conclusão e próximo capítulo.....	869
<b>CAPÍTULO 39 – RECURSOS.....</b>		<b>871</b>
39.1	Conceito.....	871
39.2	Reexame necessário.....	871
39.3	Ampla defesa na fase recursal.....	874

## ROSMAR RODRIGUES ALENCAR

39.4	Efeito translativo recursal .....	876
39.5	Efeito extensivo dos recursos.....	878
39.6	Pressupostos recursais .....	878
39.7	Pressupostos recursais objetivos.....	878
39.8	Pressupostos recursais subjetivos.....	880
39.9	Motivação dos recursos e ampla defesa .....	880
39.10	Comunicação processual da designação do julgamento recursal.....	882
39.11	Recurso em sentido estrito contra decisão que inclui ou exclui jurado da lista .....	884
39.12	Carta testemunhável .....	884
39.13	Aplicação a caso concreto.....	886
39.14	Conclusão e próximo capítulo.....	887
<b>CAPÍTULO 40 – AÇÕES AUTÔNOMAS IMPUGNATIVAS</b>		<b>889</b>
40.1	Conceito.....	889
40.2	Espécies.....	889
40.3	Controle de revisibilidade ou de rescindibilidade	890
40.4	Aplicação a caso concreto.....	891
40.5	Conclusão e próximo capítulo.....	893
<b>CAPÍTULO 41 – EXECUÇÃO PENAL.....</b>		<b>895</b>
41.1	Destinatários da Lei de Execução Penal.....	895
41.2	Natureza jurídica da execução penal .....	896
41.3	Controle dos atos do processo de execução penal.....	897
41.4	Competência do juiz das execuções penais.....	898

**CURSO DE DIREITO PROCESSUAL PENAL  
EM CONFORMIDADE COM A TEORIA DO DIREITO**

41.5	Progressão de regime.....	898
41.6	Exame criminológico.....	901
41.7	Autorizações de saída.....	906
41.8	Procedimento para apuração de falta grave ...	908
41.9	Sentença extintiva da punibilidade pelo cumprimento da pena .....	909
41.10	Guia de execução penal .....	909
41.11	Aplicação a caso concreto.....	910
41.12	Conclusão .....	911
<b>REFERÊNCIAS.....</b>		<b>915</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO DE ARTIGOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL.....</b>		<b>943</b>
<b>ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO DE ASSUNTOS</b>		<b>975</b>
<b>POSFÁCIO .....</b>		<b>999</b>